

**PORTARIA Nº 414/2012**

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e Arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número	Objeto do Contrato
<b>FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS</b> Matrícula nº 69507	<b>UILITON DA SILVA BORGES</b> Matrícula nº 75207	054/2012	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e à realização de concurso público para preenchimento 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Tocantins, nos termos da proposta de prestação de serviços encaminhada pela CONTRATADA dia 21 de maio de 2012 e aprovada pela CONTRATANTE no dia 22 de maio de 2012, que fará parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.  Processo Administrativo nº 2012.0701.000190.

**Art. 2º** – São atribuições do Fiscal:

I – Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II – Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar através de relatório à Área de Contratos e Convênios para ciência e apreciação das providências;

IV – Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as devidas providências;

VI – Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII – Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X – Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no Art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

**Art. 3º** – Fica designado o servidor Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, como Supervisor do referido contrato.

**Art. 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
TOCANTINS, em Palmas, 1º de junho de 2012.



CLELAN REANUT DE MELO PEREIRA  
Procurador Geral de Justiça